

# Pós-latifundismo e desenvolvimento local\*

Manuela Reis\*\*

Resumo: Constitui este texto uma reflexão em torno da problemática do desenvolvimento local, no quadro das características da ruralidade pós-latifundista. Três horizontes teóricos de referência são eleitos, como forma de dar conta da problemática enunciada. A emergência de paradigmas e propostas teóricas que estão na base da reformulação de representações e metodologias ligadas ao conceito de desenvolvimento e às formas de localmente conduzir processos orientados para modos de gestão e controle de específicos espaços sociais, tendo em conta a potenciação dos recursos naturais, humanos e institucionais que os enquadram; o significado do poder local e do papel que pode desempenhar, na promoção do desenvolvimento em áreas rurais em regressão; a indispensabilidade de restituir o sistema prático-simbólico que configura os contextos de interação dos agentes sociais directamente implicados nesse processo.

*Temos, todos que vivemos,  
Uma vida que é vivida  
E outra vida que é pensada,  
E a única vida que temos  
É essa que é dividida  
Entre a verdadeira e a errada.*

## Introdução

Fernando Pessoa, *Poesias*

Diversas e sucessivas teorias têm enformado as concepções ligadas ao desenvolvimento e à modernização, bem como às práticas políticas e aos instrumentos respectivos de intervenção que, em diferentes espaços sociais, são suscitados pela necessidade de regular e controlar os efeitos «perversos», entre os quais as disparidades regionais e o desordenamento urbanístico, resultantes do crescimento económico.

Reconhecendo a impossibilidade (e talvez mesmo o desinteresse) de aqui fazer a «epistemologia» de tais teorias, para tanto, revelando e discutindo em profundidade as mais pertinentes implicações subsumidas em alguns dos seus nem sempre

---

\* Servem de base a algumas reflexões expendidas neste trabalho, resultados obtidos no âmbito de pesquisa empírica por mim prosseguida no concelho de Vidigueira, no quadro de projecto de investigação em que colaborei sobre "Reforma Agrária e Desenvolvimento Local no Sul de Portugal", financiado pela Fundação Volkswagenwerk e coordenado pelos Profs. Afonso de Barros e Michael Vester. O referido projecto abrangeu o estudo de quatro concelhos pertencentes aos quatro distritos alentejanos.

\*\* Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora no CIES

coincidentes entendimentos acerca do desenvolvimento, poderá todavia interessar-nos reter alguns planos de observação directamente relacionados com os campos de visualização que essas teorias têm proporcionado sobre a emergência das condições e dos imperativos que têm estado na base de significativas alterações na filosofia orientadora de processos e acções de desenvolvimento, tendentes a contrariar os efeitos dos modelos centralistas e urbanocentrados.

Estão à vista, assim, os propósitos deste texto. Num esforço de reflexão e apreciação crítica fundamentalmente preocupado com o sentido e alcance das mais recentes propostas ou formas de pensar e conduzir processos de desenvolvimento local orientados para modos de gestão e controlo de específicos espaços sociais, tendo em conta a protecção e potenciação dos recursos naturais, humanos e institucionais que os enquadram, não será despidendo, entre as várias formas possíveis de abordagem da questão designada, referenciar alguns aspectos do contexto social e teórico que parecem, de perto, influenciar a reformulação de representações e metodologias que estão na base da concepção e execução de novos modelos de desenvolvimento.

São fundamentalmente três os universos que mantemos em referência.

Em primeiro lugar, segundo alguns autores, que a seu tempo serão referenciados, o esgotamento dos modelos centralizados de desenvolvimento, relevando de elevada concentração espacial de recursos, e a subsequente transformação das formas institucionais que asseguram os modos de regulação do sistema económico, entre as quais figuram críticas ao conteúdo da função excessivamente reguladora por que se têm pautado certas formas de actuação do Estado, postulando-se que esta deve evoluir para uma maior integração, na sua lógica, de dinâmicas mais participativas e descentralizadas.

Em consequência, outros padrões de desenvolvimento acentuam agora a procura de novas lógicas de integração do território, em que a redução e correcção das assimetrias regionais se deve conduzir a partir, essencialmente, da mobilização dos recursos endógenos, e sublinham a importância de tomar em consideração as representações e os saberes que as populações locais têm do seu próprio território e das relações sociais que aí historicamente construíram. Surge a revalorização dos espaços e das comunidades locais, aposta-se na descentralização como modelo privilegiado de acção política e reivindica-se para tais noções uma abrangência que ultrapasse a ideia de funcionalidade do local ou da sua instrumentalização para/pelo poder central, reconhecendo a existência, que urge respeitar, de uma lógica de autonomia presente nesses fenómenos.

Por último, da emergência de novos paradigmas do conhecimento científico, no que respeita à análise de questões de desenvolvimento, modernização e mudança social, interessa particularmente reter os contributos que tais paradigmas são susceptíveis de fornecer para perspectivar e equacionar processos de reestruturação de espaços rurais marginais, demograficamente deprimidos e subtraídos ao processo de industrialização que, sob formas diferenciadas, foi moldando o desenvolvimento no país.

Refiro-me, claro está, ao espaço rural onde a dominância histórica do proletariado agrícola, associada a um regime agrário socialmente organizado por sistema de cariz latifundista, impôs e sedimentou estruturas sociais que relevam de configurações e dinâmicas específicas no quadro do "mundo rural" português. Atendendo à fisionomia estrutural por tais configurações e dinâmicas desenhada no Alentejo, espaço físico em que lograram materializar-se, e às recentes transformações que o atravessaram, cuidar-se-á também, ainda que de forma breve e exploratória, de designar e equacionar obstáculos e potencialidades ao desenvolvimento local, igualmente arriscando algumas ideias que possam constituir ponto de apoio para pensar soluções e alternativas não adventícias a este espaço social, antes se projectando nas estruturas, práticas e iniciativas sociais locais existentes.

### 1. Desenvolvimento local: um quadro de referência

A identificação de processos de desenvolvimento de base local, no quadro das características e da natureza da ruralidade pós-latifundista, não deixa de fazer apelo a horizontes teóricos de referência que se reconhecem indispensáveis para a apreensão dos elementos que estão na base dos principais mecanismos de funcionamento daqueles processos.

De tais horizontes teóricos fazem inevitavelmente parte, como anteriormente foi sugerido, paradigmas e teorias do desenvolvimento recentemente reelaborados, embora, como também se verá, algumas das suas recentes propostas analíticas nem sempre sejam facilmente transponíveis para o estudo, e a procura de soluções, da realidade social que enforma o nosso quadro empírico de referência. Na especificidade económica, social e cultural com que o espaço rural pós-latifundista se inscreve na sociedade portuguesa residem, sem dúvida, algumas dessas dificuldades.

Sem preocupações de grande exaustividade analítica, importa, porém, principiar por proceder a uma rápida incursão aos quadros conceptuais disponíveis para pensar questões e estratégias de desenvolvimento regional.

O surgimento de dinâmicas e reanimação locais de espaços sociais até há pouco «invisíveis» ou irrelevantes para os horizontes de reflexão de teorias macro-económicas ou macro-sociológicas reporta-se, como alguns autores tendem a sublinhar, à crise do modelo (fordista) de desenvolvimento do pós-guerra iniciada nos anos 60 nas sociedades capitalistas centrais. Por entre as radicais transformações então desencadeadas em diversas dimensões da vida social, que implicaram profundas reconceptualizações em distintos campos analíticos - do sistema mundial e suas novas interdependências (Giddens, 1984 e 1987) à recomposição na estrutura de classes (Touraine, 1977; Bell, 1986; Giddens, 1983), da crise do Estado Providência à mudança no sistema de valores e sua orientação pós-materialista (Habermas, 1984; Offe, 1985; Inglehart *et al*, 1987) - duas dimensões da nova problemática inaugurada com a referida crise importa destacar como essenciais ao nosso objecto de reflexão.

As repercussões locais da referida crise originaram, para a sua apreensão, teorias do desenvolvimento local centradas na percepção das especificidades de funcionamento das economias periféricas, evidenciando dois tipos de preocupações conceptuais — os mecanismos de reprodução de espaços sócio-produtivos locais ou as formas de inscrição espacial provocadas por processos «endógenos» de desenvolvimento<sup>1</sup>; contribuíram, por outro lado, em face das mudanças recentes no processo de industrialização e no padrão de integração espacial, para uma nova abordagem das fronteiras do rural e do urbano, dicotomia elaborada no interior do paradigma clássico de explicação das origens da sociedade capitalista industrial (Mingione e Pugliese, 1987; Lima, 1990).

Questionadas as teorias difusionistas do desenvolvimento que, embora surgindo sob diferentes formulações (Hansen, 1981; Stohr, 1984) acentuam, no entanto, como preocupações fundamentais, a necessidade de fomentar pólos ou centros de crescimento, a partir dos quais se procede à mobilidade dos factores de produção essenciais para as áreas que deles são mais desfavorecidas, num processo a que, em termos de lógica territorial, corresponde a concentração espacial de força de trabalho e meios de produção em áreas urbanas de grande dimensão, surge um movimento de reestruturação daquele paradigma, por vários autores designado de territorialista (Stohr, 1984 e 1986; Pecqueur e Silva, 1988; Henriques, s/d), já que, fundamentalmente concentra agora nas regiões e na mobilização das suas características sociais específicas o ponto de partida para um desenvolvimento diferenciado e integrado.

Entender a região como entidade objectiva, fazendo apelo a áreas geograficamente delimitadas, mas também como entidade vivida ou lugar de estruturação de práticas sociais no espaço e no tempo (Giddens, 1984), implica compreender que o propósito de reduzir as disparidades regionais já não significa homogeneização de processos, a partir de modelos ou mecanismos centralmente delineados, antes pressupõe a criação e promoção de condições tendentes à mobilização e capitalização de capacidades, inciativas e inovações regionais. Implica, por outras palavras, entrar em ruptura com a concepção do desenvolvimento centralmente baseada na ideia de crescimento económico, para passar à consideração de que da definição daquele, dos seus objectivos e das suas estratégias, fazem inexoravelmente parte populações ou grupos sociais cujas necessidades cabe satisfazer ou melhorar, mas que se apresentam diferenciados nas suas formas particulares de pensar e agir.

Assim sendo, torna-se evidente, neste paradigma, a necessidade de pensar soluções diferenciadas para realidades locais que são distintas (Ferrão, 1989), ganhando relevância as estratégias que dão alguma prioridade à produção de bens e serviços para os quais hajam — ou existam condições reais para haver — capacidades produtivas e organizativas locais, ao mesmo tempo, considerando que a selecção de tais prioridades encontra, em princípio embora não exclusivamente, nos poderes locais e regionais, e nos seus modos de acção e representação políticas, os protagonistas e interlocutores essenciais do desenvolvimento (Bradley e Lowe, 1984; Urry, 1987; Forsé, 1983; Stohr, 1984; Amaro, 1990; Henriques, s/d).

Ora, no que se refere à transposição desta reelaboração teórica para o caso português, cuja fecundidade tem gerado pertinentes trabalhos e estudos empíricos (Ferrão, 1987 e 1989; Reis, 1985 e 1988; Pires, 1986; Silva, 1988), não é sem alguma dificuldade que se retiram das suas propostas princípios generalizáveis ou aplicáveis à maior parte dos espaços sociais localizados na região alentejana.

Com efeito, procurando dar conta de realidades que manifestam elevado dinamismo industrial e empresarial, que estão na base de importantes processos de recomposição espacial das estruturas sócio-económicas nacionais, a que não são alheios processos de urbanização difusa e industrialização em meio rural, as categorias e os conceitos analíticos estruturantes da maior parte dos estudos assinalados dirigem a sua visibilidade para realidades fortemente industrializadas ou, pelo menos, beneficiando de uma cultura técnica e profissional acumulada ao longo de uma história proto-industrial, com interpenetração determinante em espaços rurais de dominância camponesa, intensamente enraizados na exploração agrícola familiar e propensos à consolidação de práticas de pluri-actividade. Conjunto de componentes que não tem deixado, pese embora recentes sinais de esgotamento, de se constituir como um quadro de condições favoráveis à produção de iniciativas de desenvolvimento de base local.

O que nos dizem ou esclarecem, poder-se-á então perguntar, algumas reconstruções do conceito de desenvolvimento que têm vindo a ser recenseadas, acerca de processos de mudança e recomposição sociais circunscritos, como é o caso que me ocupa, a espaços rurais cuja economia permanece maioritariamente organizada sobre recursos fundiários assimetricamente distribuídos e sobre um sector agrícola pouco diversificado a que consensualmente se reconhecem fracos índices de modernização, tanto sob critérios organizacionais como de eficiência produtiva, repousando, para mais, em sistema de mão-de-obra cujo núcleo estruturador se acha baseado na prolongada sobrevivência de uma classe de assalariados agrícolas, profissionalmente desqualificada, historicamente marcada pela errância e precariedade no trabalho e pela ausência de vínculo institucional à empresa, efeitos e configurações que não lograram de todo extinguir-se, nem perante a esperada modernização da agricultura e capacidade de absorção do emprego industrial (Orti, 1984; Newby, 1986) nem, como no caso em análise, após um processo de reforma agrária que desarticulou as bases e os mecanismos de reprodução do sistema latifundista (Barros, 1986)?

Por outras palavras, ao contrário do que vem sucedendo em outros espaços rurais da Europa e do próprio país, estará o Alentejo condenado à sobreespecialização produtiva e vedado à diversificação social, aprofundando cada vez mais a sua condição de região marginal(izada)? Ou, beneficiando daquilo que alguns autores, para caracterizar os efeitos espaciais de um novo modo de regulação económica, designam por «integração diferenciadora» (Santos, Reis e Marques, 1986; Reis, 1988), poderá este espaço social converter a sua *diferença* em trunfo para o seu próprio desenvolvimento?

Responder fundamentadamente a tais questões não cabe nos objectivos, bem mais limitados, deste texto. Equacionar, porém, alguns dos seus aspectos no sentido

de perceber qual a natureza da participação com que os espaços rurais pós-latifundistas se podem inscrever nas múltiplas dinâmicas de transformação que atravessam a sociedade portuguesa é, decerto, mais plausível e exige, de novo, o regresso ao âmbito das teorias do desenvolvimento local.

A este respeito, é certo que algumas das debilidades internas daquele espaço social parecem, aparentemente, comprometer o desenvolvimento voltado para projectos de base local, dado que na sua fisionomia estrutural se não vislumbra a sedimentação de condições que para alguns autores são tidas como imprescindíveis ao êxito de tais projectos. É o caso, nomeadamente, de acordo com Pecqueur e Silva (1988:12), da emergência e consolidação de inovações tecnológicas, produtivas ou organizacionais; de capacidades para reagir e integrar pressões heterónimas decorrentes da relação com outros contextos sócio-económicos e institucionais; de capacidades, ainda, de regulação, enquanto sistema local que através das suas próprias normas saiba reinterpretar, a seu favor, estratégias vindas do exterior.

Como ilustração da dificuldade de consolidação daquelas três condições, pode referir-se, para a primeira, o próprio processo de reforma agrária que, ao nível das inovações esperadas, não logrou impor-se como alternativa credível na reorganização do sector agrícola da região; todavia, sobrevivências daquele processo, infelizmente menos conhecidas, mostram como, em alguns contextos, as unidades de produção colectivas souberam impor com êxito as inovações do seu "modo de produzir", ainda hoje aí se afirmando como protagonistas de importantes dinâmicas de transformação social (Nave, 1990).

No que respeita à segunda condição, estão, entre outras, as dificuldades em reagir, no plano institucional, à política económica do país, com força e peso políticos tendentes a ganhar maiores deslocações de verbas e apoios para a região: é o caso do atraso na construção da barragem de Alqueva e de outras modificações infra-estruturais necessárias à resolução do tão apregoado subaproveitamento de recursos naturais.

Quanto à terceira condição, basta pensar, por exemplo, na profusão de cursos e acções de formação profissional abrangendo jovens estudantes ou desempregados, promovidos, sob financiamento do Fundo Social Europeu, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, a maioria dos quais não teve, até agora, tradução prática na vida activa da maior parte dos seus discentes e, *pour cause*, na mudança ou melhoria das respectivas economias locais. Se tal pode ser interpretado como resultado do desinteresse, para a região, de boa parte dos cursos ministrados - responsabilidade imputável à política de organização da distribuição de fundos comunitários - certo é que retrata, igualmente, a incapacidade de regulação das empresas e instituições locais, no sentido de beneficiarem de ajudas externas para aumentar o seu enfraquecido potencial em recursos humanos qualificados e, a esse nível, desenvolver as iniciativas adequadas.

Como outros estudiosos salientam e, de resto, pode também ser reconhecido na postura de alguns autores que vêm sendo citados, um processo de desenvolvimento «endógeno», para ser considerado como tal, não é apenas, nem principal-

mente, definido pelo facto de nele se poderem contabilizar iniciativas com origem local, mas também (dir-se-ia, sobretudo) pela capacidade dos seus agentes saberm atrair, negociar e controlar investimentos exógenos, potencialmente susceptíveis de corresponder aos interesses específicos dos diferentes grupos sociais locais (Ferrão e Mendes Baptista, 1989).

Ora, até ao momento, o poder local, à semelhança do que vem acontecendo em outros espaços locais nacionais, embora com menor impacte de políticas, soube ser o principal actor da mudança social, criando, através de múltiplos programas municipais traduzidos em investimentos de infra-estruturação económica e sócio-cultural, importantes condições para a modernização e melhoria dos estilos de vida dos grupos sociais locais e para o próprio desenvolvimento económico. Corporizado por uma nova elite social e política local, proveniente das camadas médias, este poder local opera, no entanto, como se verá, em tecido social pouco dinâmico, embora conflitual, e é, apesar da sua prática em muitos casos dele se distanciar, sistematicamente associado a um quadro político-ideológico em regressão, facto que, de alguma maneira, dada a forte partidarização da vida política local, dificulta o aparecimento e a sedimentação de consensos necessários à negociação, com diferentes segmentos sociais, de alternativas ou iniciativas de investimento.

Tal não impede, todavia, que, para o espaço social em consideração, possa a intervenção municipal continuar a ser entendida como promotor essencial do desenvolvimento local. Terá, no entanto, que dotar-se e dotar o seu contexto social imediato de actuação, de recursos e estruturas até agora subalternizados pelo conjunto de actividades que alguns autores designam como o «grau zero do poder local» e que correspondem, *grosso modo*, a uma primeira fase de implantação do poder autárquico em que houve que proceder à satisfação de grandes carências em infra-estruturas urbanas, sobretudo em sociedades locais mais desfavorecidas (Mozzicafreddo *et al*, 1988). De tais recursos e estruturas se procurará adiante dar conta, antecipando desde já que às tarefas de animação cultural, usando como recurso a reformulação e reorientação do sistema de valores e representações dos grupos sociais locais, cabe lugar de destaque.

A reabilitação de espaços locais como o que me vem servindo de reflexão pode ainda passar por outros processos e dinâmicas que não foram até agora convocados, enquanto dimensões igualmente pertinentes a ter em conta na análise do desenvolvimento local. Bastará pensar em propostas de reflexão que accionam novas perspectivas sobre a ruralidade, não mais ancorada em espaços de especialização produtiva mas como lugar de confluência de práticas e representações sociais provenientes de dinâmicas várias, eventualmente urbanas, onde desaguam novas aspirações sobre o aproveitamento e a valorização de espaços ecologicamente preservados (Mormont, 1987)<sup>2</sup>.

Na mesma linha de reflexão, também se poderia pensar, com Platier (1985), que os espaços rurais mais atrasados podem vir a beneficiar da revolução tecnológica actual, cujos processos crescentes de automatização e transformação na organização do trabalho invertem ou modificam substancialmente as necessidades de localização das indústrias ou empresas mais modernas, ao mesmo tempo que

igualmente dispensam a concentração espacial de recursos, assim se multiplicando as condições para a afirmação crescente de núcleos urbanos de pequena e média dimensão.

Economicamente marginalizados, mas simultaneamente poupados à degradação ecológica e subtraídos à obsolescência tecnológica e organizacional inerentes a certas facetas do industrialismo, podem estes espaços rurais agora valorizarem-se canalizando actividades económicas menos tradicionais relacionadas com as «indústrias» do lazer, por exemplo, ou de sectores produtivos potencialmente utilizadores das novas tecnologias e regulados por novos princípios de organização do trabalho.

O desenvolvimento local ou «endógeno» coloca em jogo, como se vê, contextos de interacção mais amplos que os de imediata apreensão ou possibilidade de mobilização pelos grupos sociais mais directamente implicados. Mas, se no seio destes, previamente, se não gerar um sistema de disposições capaz de tais contextos enquadrar, jamais se produzirão alternativas de desenvolvimento verdadeiramente conduzidas e controladas pelos actores sociais a quem prioritariamente se destinam.

Alguns elementos respeitantes às estruturas sociais do espaço rural pós-latifundista e aos modos de pensar e agir dos agentes sociais que as enquadram são susceptíveis de proporcionar uma primeira aproximação ao problema e permitir equacionar algumas ideias, necessariamente discutíveis e provisórias, sobre os modos de perspectivar caminhos para o desenvolvimento deste espaço. É o que, a partir de agora, se cuidará de discutir.

## **2. Estruturas, agentes, representações**

**2.1.** O processo de marginalização a que este espaço social vem sendo submetido radica, como vários autores demonstraram, na predominância secular do latifundismo, sistema que impôs e sedimentou estruturas sociais conducentes à sua crescente depressão. Elevadíssima concentração da propriedade, cavada assimetria social traduzida em fortíssimo índice de assalariamento na agricultura e na estreiteza dos grupos sociais intermédios, ausência de alternativas de emprego fora da agricultura, obstando à diversificação produtiva, tendência para desviar o excedente produzido para fora da região - eis os traços marcantes do perfil estrutural que aquele sistema desenhou nos espaços físicos a que estendeu a sua hegemonia (Caldas, 1978; H. Barros, 1980; Barros, 1986).

Na base de tais características, forjou-se um considerável nível de conflitualidade que marca a história do Alentejo e a especificidade de uma cultura política fortemente enraizada em valores de igualitarismo colectivista cuja assunção plena se veio a manifestar no quadro do processo de reforma agrária que aí recentemente se esboçou e no conjunto de práticas políticas predominantemente enformadas por dimensões simbólico-ideológicas radicalmente demarcadas das que se têm vindo a afirmar no resto do país (Pereira, 1983; Barros, 1986; Reis e Nave, 1988).

Em consequência, gerou-se no seio destes espaços sociais uma matriz cultural cujo núcleo estruturador parece, no que respeita a estratégias de modernização e desenvolvimento, condicionar de forma negativa as perspectivas dos actores sociais locais, produzindo efeitos que indiciam fortes bloqueamentos à corporativização de interesses, no sentido da procura de consensos em torno dos quais se alicerçem e organizem acções e estratégias comuns.

De forma breve, cumpre destacar algumas dimensões dessa matriz.

A visão radicalmente dicotómica sobre a sociedade, basicamente dividida entre ricos e pobres, e a penalização e condenação moral dos primeiros traduz-se na desconfiança sistemática, ideologicamente enquadrada pela força política aqui dominante, da iniciativa privada e, de certa forma, desencoraja os grupos económicos locais, débeis e desprovidos de cultura empresarial propensa a lidar e a negociar com o conflito, para mais arrojada mobilização dos seus capitais. Deste posicionamento resulta, em grande parte, que entre os estratos sociais se privilegie a intervenção do Estado ou se desenhe um conjunto de expectativas centradas no proteccionismo estatal, em detrimento das iniciativas dos agentes sociais como condição insubstituível para o desenvolvimento no Alentejo.

A origem desta atitude, que devolve ao Estado a preponderância na condução de políticas de desenvolvimento local, alicerça-se em passado recente, onde as práticas dos principais responsáveis e agentes económicos não mereceram nunca legitimação social por parte de quem vivia na sua directa dependência e a quem não eram proporcionadas condições de vida tidas como dignas. E, também, porque tais práticas, ao exercerem-se em especial quadro de repressão, coarctando a maioria dos agentes sociais de possibilidades de organização e expressão, remetiam para o Estado, e seus prolongamentos locais, capacidades de gerir situações sociais impossíveis de ser contidas no quadro da organização latifundista (Barros, 1986). É o caso flagrante das crises de emprego periódicas, inerentes ao funcionamento do mercado de trabalho da agricultura latifundiária, mas também de outras situações conflituais, fundamentalmente desencadeadas por aquele específico funcionamento, para cuja falta de enquadramento e protecção emergia a figura do Estado a repor o equilíbrio.

Para além das razões apontadas, tal atitude estatista entrosa ainda em experiências recentes de produção e gestão nascidas com o sector de reforma agrária, as quais, no entanto, não produziram, igualmente pelos seus resultados globais, a confiança necessária em modelos desenvolvidos a partir de iniciativas, desta vez colectivas, mas fora do controle e da orientação do Estado. Significam estas asserções, para resumir, que os espaços dominados pela agricultura capitalista de tipo extensivo, dadas as especificidades do seu mercado de trabalho irregular e instável, se veem confrontados, relativamente a outros espaços sociais, com uma maior dependência de sistemas e políticas de protecção e segurança social, os quais, na actual fase de intervenção do Estado-Providência, conduzem as populações proletarizadas destas estruturas agrárias a cristalizarem nos seus modos de vida a condição de «clientes do *welfare state*» (Nave, 1990:17; Pugliese, 1984:19-23).

Condição co-responsável, como adiante se verá, por uma cultura profissional e política bloqueadora de acções de desenvolvimento de base local.

Tal quadro conjuga-se em contexto tendencialmente favorável ao aparecimento no terreno do poder autárquico cuja acção, no caso concreto do concelho que venho mantendo sob observação, se tem pautado por elevado dinamismo, chamando a si responsabilidades e funções que, bastas vezes, se têm substituído à iniciativa de agentes locais ou mesmo à Administração central. Desta forma, igualmente tem contribuído para ver reforçada a atitude de forte crença no protecçãoismo e acção do Estado, alicerçada embora na sua vertente local, como solução de confiança insubstituível na condução de transformações, reconhecidamente assumidas por quase todos os grupos sociais como necessárias à região.

Não surpreenderá, entretanto, em espaço social cuja população vive principalmente da agricultura ou com ela tem, no seu modo de vida, relação muito próxima, que o seu universo simbólico se organize de forma a produzir práticas e atitudes especialmente relacionadas com os modos de apropriação, distribuição e organização da terra. Tanto mais quanto, recentemente, foi confrontada com processo, violento nos seus primórdios, de reorganização dos seus principais recursos fundiários.

Com diferentes graus de valorização, tantos quantos os segmentos sociais que os produzem, podemos afirmar que as grandes expectativas de desenvolvimento para a região se restringem, no essencial, a projectos para o sector agrícola. A ausência de perspectivas de industrialização é, como seria de esperar, francamente notória entre todos os grupos sociais, até mesmo junto de sectores que exercem, embora diferenciadamente, influência política no concelho. É, pois, ideia dominante que o espaço rural pós-latifundista deve permanecer essencialmente agrícola, quando muito associado a pequenas unidades de transformação dos produtos agrícolas ou a actividades turísticas relacionadas com os recursos naturais existentes que respeitem, e não delapidem, as suas características.

Esta visão «ruralista» radica, sem dúvida, na ausência de tradição industrial e faz da terra, com distintos pontos de vista sobre a sua forma de apropriação, um elemento essencial ao quadro de valores subjacente a este espaço rural. Não é por acaso que os empresários não agrícolas, dos mais antigos aos recém-chegados a sectores económicos localmente importantes, procuram certos modos de distinção social investindo na compra e posse de terra como forma de territorializar o seu (novo) estatuto social, legitimando-o por referência à burguesia fundiária tradicional.

A dificuldade de aparecimento e sedimentação, neste espaço, de um *ethos* empresarial, no sentido clássico em que Weber o entendia, como a procura incessante de crescimento e disposição para a inovação e o risco enquanto forma de valorizar a riqueza, não deixará em parte de estar ligada à preferência pela segurança e estabilidade conferida pela posse da terra. Tal pensamento transmite-se à própria ideia de empresa que, mesmo não sendo agrícola, é fundamentalmente visualizada como património, ou como um dos seus elementos, na lógica da qual sobressai mais uma estratégia de conservação — ou seja, a noção de que se impõe

preservá-la de todos os riscos de fragmentação, para a transmitir às gerações descendentes — que uma estratégia de crescimento e expansão, de acordo com a qual seria necessário saber integrar os factores contingenciais ou inesperados, subjacentes às exigências de adaptação e transformação constantes do mundo económico e empresarial. Esta cultura patronal, herança de modelos de comportamento patrimonialistas praticados por anteriores elites locais, não deixa de se transpor, com inequívoca visibilidade, para o funcionamento da única grande empresa privada industrial do concelho, gerida por extensa rede familiar e com ligações de parentesco a empresários de outros ramos de actividade, reflectindo-se ainda, embora sob diferente modelo organizacional, nos estilos de gestão das duas cooperativas agrícolas existentes (Adega e Lagar).

Aos valores de equilíbrio e conservação perseguidos por significativa franja de empresários e gestores locais opõe-se, sobretudo do lado do proletariado agrícola, uma cultura profissional orientada para reivindicações materialistas, tendente a concentrar na defesa da estabilidade do emprego e dos postos de trabalho, na luta pelo salário, condições de trabalho e direitos à assistência social o quadro fundamental das suas aspirações. A “mentalidade de assalariado” como alguns segmentos sociais designam os horizontes imediatistas deste grupo, enformada por um sistema de valores igualitarista que percepçiona a propriedade como fonte de exploração, não legitima a diferenciação social existente nem reconhece hierarquias<sup>3</sup> e se regula ainda por uma ética do trabalho que faz depender o esforço e a produtividade da satisfação que o salário proporciona (Martinez-Allier, 1968; Nave, 1990) não parece poder recortar-se como elemento potencialmente mobilizável para conduzir, neste espaço, iniciativas de desenvolvimento que, para o serem, exigem elevadas capacidades de risco e inovação, sólida formação técnica, cultura negocial e estratégia organizacional. O processo de reforma agrária, cuja história se não pode aqui alongar, é a todos os títulos exemplificador do que se afirma.

Outros entendimentos e perspectivas, sobretudo entre os mais jovens e de maior capital escolar, os que exercem ocupações em sectores de actividade não agrícola e a maioria dos elementos que, embora com posições político-ideológicas diferenciadas, constituem a elite política ou dominam as redes de influência local, aparecem já a balancear aquela visão dominante. A valorização de critérios de natureza meritocrática, a necessidade da existência de um sistema de relações sociais baseadas na competência técnico-profissional, a aceitação da diferenciação social como resultado dessa diferenciação de competências, a visão não dicotómica, inter-classista, das relações sociais, consubstanciada na aspiração ao crescimento de uma forte classe média que concilie «pulsões» sociais radicalmente divergentes e aumente a capacidade de coesão das relações sociais, desenha-se com alguma nitidez entre os segmentos sociais assinalados.

Trata-se, todavia, de tendências ainda ténues que representam camadas sociais importantes mas, seguramente, não dominantes em termos de pensamento social entre esta população. O proletariado agrícola, directo herdeiro e protagonista das condições sociais de existência geradas pelo latifundismo, marcado por experiên-

cias traumatizantes de injustiça social e arredado, por muito tempo, da participação na dinâmica social herdou um *habitus* de recusa e desconfiança de hierarquias e poderes que não provenham da sua própria condição ou se afastem do seu pensamento igualitário.

**2.2.** A identificação de alguns problemas e obstáculos ao desenvolvimento local de espaços rurais pós-latifundistas tendente ao equacionamento de estratégias que os visem superar, de acordo com os modelos de intervenção que venho defendendo para lhes dar solução, exige então que sejam alinhadas algumas considerações acerca de certos princípios, mais que medidas, para a sua dinamização.

Em primeiro lugar, é hoje ideia generalizada que a formação profissional — não só no que respeita a espaços sociais marginais mas, igualmente, ao nível da sociedade em geral — se apresenta como eixo central a mobilizar para travar o baixo nível da estrutura das qualificações formais e profissionais da população activa ou em idade escolar<sup>4</sup>. Todavia, o que se me afigura prioritário é que nesse processo de formação se concentrem, essencialmente, propósitos de transformação de atitudes e representações face ao processo de desenvolvimento, as quais frequentemente se deparam com um *habitus* gerado numa longa história de «economia de sobrevivência» que incorpora expectativas de mobilidade e ascensão sociais muito baixas, fortemente marcadas por um passado de desemprego, sendo certo que a actual segurança proporcionada por um conjunto de mecanismos de *welfare*, entre os quais o próprio emprego ou a assistência social tendente a superar a sua falta, pode corresponder ao limiar das aspirações máximas dos grupos sociais dominantes neste espaço.

Criar condições para esta mudança exige um longo processo de aprendizagem social que pressupõe, também, algumas inovações institucionais. Com efeito, torna-se imprescindível neste quadro mobilizar não só componentes do sistema formal de ensino como também, e sobretudo, agentes de formação e animação com profundo conhecimento da cultura e das identidades locais, no sentido de simultaneamente promoverem a fixação no território, e a adequação às mudanças que ao mesmo estão reservadas, dos actores cujas qualificações se visa melhorar.

As questões de desenvolvimento que se colocam a estes espaços sociais não dizem respeito, porém, apenas aos dois pólos subsumidos na proposta referenciada. Ou seja, a necessidade de formação de uma cultura e elite empresariais, articulada com um núcleo de trabalhadores qualificados como formas de suporte da modernização económica local. Trata-se, antes de mais, não só da formação de elites — o que exige um processo de longo prazo de estruturação social das mesmas e vem, à luz das estruturas sociais cujo perfil se deixou sumariamente traçado, demonstrar a incapacidade de estes espaços, por si sós, «endogenamente» acederem a tal processo — mas de formação de “grupos estratégicos” que sejam capazes de relançar objectivos de desenvolvimento e neles envolver outros grupos sociais e entidades aptos a suportar as possibilidades ou condições objectivas da sua realização. Se assim for, e ignorando, por ora, a discussão sobre as medidas de descentralização político-administrativa que consolidem estruturas intermédias

como as de nível regional, um grupo estratégico importante (de resto, com algumas provas dadas sobre as suas potencialidades) parece afirmar-se nas figuras dos quadros políticos e administrativos locais, operando sobretudo no quadro da acção municipal e, eventualmente, também no âmbito de outras instituições e associações locais.

De capital importância neste contexto, dada a conflitualidade que o atravessa, é então a ampla discussão pública local sobre os objectivos do desenvolvimento, destinada a promover estratégias de aliança ou, pelo menos, de diálogo entre actores sociais com interesses estruturalmente divergentes e a mobilizar de forma integrada os recursos existentes. Ora, se o poder local se encontra, pela natureza das acções até agora desencadeadas, especialmente bem colocado para exercer funções de intermediação entre os grupos sociais locais, alguns dos seus procedimentos fazem apelo, no entanto, à reformulação das suas práticas políticas que, com frequência, accionam mecanismos que involuntariamente contribuem para reproduzir a distanciação, o alheamento e até a atomização, no que respeita à expressão e recolha de pontos de vista para a tomada de decisões.

O processo começa, desde logo, nas próprias Câmaras. A falta de técnicos qualificados — que ilustra, por um lado, o problema de fixação de quadros e especialistas nestes contextos sociais e, por outro, a escassez de recursos dos poderes locais para os recrutar — acaba por remeter para o conjunto da vereação a responsabilidade formal de tomar decisões sobre assuntos quantas vezes fora do seu conhecimento, por ausência ou insuficiência, é claro, de pareceres técnico-científicos apropriados. A partidarização das soluções para os problemas surge então como inevitável.

Ao mesmo tempo, reproduz-se a desvalorização e falta de confiança nas qualidades dos poucos quadros existentes, atendendo à fraca criatividade e ao baixo empenho que os caracteriza, o que, por sua vez, radica na estrutura organizacional que enquadra o seu desempenho profissional. Com efeito, ao contrário do que hoje defende a maior parte das técnicas de gestão, e é já prática em empresas mais modernizadas, insistindo na necessidade de introduzir novas práticas participativas no sistema de relações profissionais e na organização do trabalho, através de grupos com capacidade de autonomia de funções, liberdade de criação e uma filosofia de decisão e autoridade não mais concentrada em quadros específicos mas na sua pulverização por diferentes grupos de trabalho (Gaudier, 1988), no funcionalismo público — e aí a gestão autárquica também não inovou — continua a operar-se num quadro de estruturas organizacionais onde a proeminência da racionalidade burocrática impede a responsabilização, aumenta a rotinização e, por isso, desmotiva.

O carácter sistémico destas sucessivas «disfunções» — baixo grau de corporativização da sociedade local, partidarização e burocratização — tem como resultado o surgimento de uma espécie de «presidencialismo municipal», frequentemente levando a figura do Presidente a assumir por inteiro quer as tarefas de negociação política, quer as de execução e controle técnico<sup>5</sup>.

Esta concentração de poder no Presidente, implicando fraca delegação nas orientações, conserva e aprofunda os canais de informação tradicionalmente privilegiados em meios sociais de pequena dimensão, no processo de formação de decisões. O elo principal de circulação de ideias e opiniões processa-se directamente com o Presidente em detrimento de estruturas intermédias de organização da sociedade local e, não raras vezes, sem passar pela própria discussão na Câmara.

Se é verdade que as práticas políticas ou formas de decisão envolvendo contactos mais directos, sendo apanágio de contextos locais cujo tecido social é fortemente estruturado por relações sociais de interconhecimento e vizinhança, podem e devem ser preservadas, pois encurtam o tempo das resoluções e informalizam a participação, parece igualmente certo deverem ser estimuladas outras formas de participação e representação políticas que contrariem a falta de hábitos de negociação e compromisso entre interesses divergentes.

As anteriores considerações não retiram, todavia, pertinência à convicção de que a intervenção municipal se posiciona privilegiadamente, nestes espaços sociais, como agente e promotor do desenvolvimento local. Por várias razões.

Desde logo, porque do cômputo das suas realizações em diversos campos de actuação, apesar das dificuldades apontadas, o poder local surge aos olhos da sociedade local como a instituição mais prestigiada e das mais valorizadas, entre o conjunto dos processos de democratização proporcionados pelo sistema político. Assim sendo, pela legitimação que recolhe, e dadas as características do terreno sócio-cultural em que se enquadra, constitui-se potencialmente como instância estratégica para gerir a aproximação dos grupos sociais, contribuindo para o auto-conhecimento respectivo dos diferentes contextos de interacção e sociabilidade em presença.

Tal não é fácil, como se deixou claro, e faz apelo à necessidade de por isso se dotar de competências técnicas vocacionadas para entender a cultura e as identidades locais, reformulando-as, no sentido de, simultaneamente, mudar atitudes e representações que negativamente influenciam a produção de consensos ou a negociação de interesses descoincidentes e promover a mobilização dos agentes para a expressão e reelaboração das suas expectativas e aspirações.

Ainda que com algum empirismo, no seu processo de afirmação e legitimação, o poder autárquico tem, no entanto, sabido preencher esta função, criando condições para a assunção e o reforço de identidades e símbolos nos quais amplos sectores se reconhecem. A reinvenção de tradições, a inventariação da história local e dos patrimónios etnográficos constitutivos da memória colectiva dos grupos sociais, bem como o relançamento de artesanatos locais, como forma de preservar e reproduzir esses elementos de identificação colectiva, claramente testemunham um conjunto de estratégias de valorização das formas culturais diferenciadoras que estruturam e dão identidade a estes contextos sociais.

Do mesmo modo, a explosão de monografias locais, sob a forma de reedições ou como resultado de encomendas ou iniciativas dos municípios, na maior parte das vezes elaboradas por notáveis ou eruditos locais, ao constituírem-se como verdadeira "voz ou palavra local"<sup>6</sup>, ou seja, objectivando meios para que o espaço

social que é seu objecto de recriação se produza como comunidade, insere-se claramente neste processo de reconstrução de identidades, sem a mobilização das quais, a meu ver, se não evitam os «efeitos perversos» de processos de desenvolvimento não controlados pelos actores sociais a quem prioritariamente se destinam, a prazo, votados ao insucesso.

### Considerações finais

Ao fixar como objecto de reflexão deste texto a discussão em torno de processos de desenvolvimento local no espaço rural pós-latifundista preocupava-me a ideia de, com base em específica empiria, contribuir para a elucidação de contextos e dinâmicas sociais cujo conhecimento tem merecido menor atenção da observação científico-social.

Retomar o seu estudo no âmbito da problemática do desenvolvimento local, ou de base «endógena», visava ainda corroborar perspectivas teóricas desmistificadoras dos paradigmas positivistas, directamente fundamentados na crença na neutralidade das soluções técnicas e na obsessão do crescimento económico como formas que, por si sós, resolveriam distorsões, disparidades ou bloqueamentos sociais e regionais. Mas, as perspectivas que perfilho para a análise do desenvolvimento local não pretendem insistir em novos «localismos» nem reabilitar debates acerca das virtualidades respectivas das micro e macro-análises, ignorando a interdependência de espaços analíticos que transcendem os limites geográficos impostos pela análise empírica dos fenómenos.

Não se ignora a heteronomização crescente das relações económicas e a globalização de outros fluxos de relações sociais e culturais, complexo de relações que abala, teórica e empiricamente, a dicotomia endógeno/exógeno. Do mérito de algumas perspectivas, aqui recensadas, que incidem nos aspectos locais do desenvolvimento, quis sobretudo retirar-se a noção de diversificação dos processos de mudança e a necessidade de, nesse quadro, reconhecer o desenvolvimento como um processo de reconstrução permanente que envolve, na definição de objectivos, estratégias e tomada de decisões, actores sociais com diferenciadas capacidades de actuação e mobilização cujos contextos de interacção é necessário conhecer, integrar, reformular ou apoiar.

Em posição estratégica para desempenhar funções de intermediação entre os grupos sociais implicados num processo de desenvolvimento, circunscrito a espaços locais caracterizados por condições de existência específicas à ruralidade pós-latifundista, bem como de intervenção directa na promoção daquele, parece colocar-se o poder autárquico, desde que reinventando algumas das suas formas de acção política que permitam, nomeadamente, estimular práticas participativas e de negociação, a partir de maior capacidade de organização colectiva, e gerir o sistema de disposições, valores e representações que as enformam.

## Notas

- 1 Veja-se, para o caso português, como repercussão deste debate e situando-se em diferentes campos e níveis analíticos, o confronto de perspectivas de abordagem sobre a problemática do desenvolvimento e das formas diferenciadas que pode assumir (Ferrão, 1987 e 1988; Pires, 1986; Reis, 1987 e 1988; Santos, 1985; Silva, 1988).
- 2 De acordo com a minha observação em diferentes zonas do Alentejo, a chegada e instalação de classes médias com níveis de escolarização superior, em alguns casos provenientes de países europeus, parece, de alguma forma, dar crédito àquelas propostas. É certo que a informação disponível sobre o fenómeno não é ainda suficiente, nem fiável, para traçar com rigor o quadro das possibilidades e das formas de integração desta população nos contextos locais em que se foi inserindo. Questão, sem dúvida, a merecer investigação aprofundada. Todavia, na visão "ruralista", enformada por preocupações ecologistas, que captei entre os jovens alentejanos de maior capital escolar e mesmo junto de elites políticas locais, não deixa de ser visível um conjunto de estratégias que tendem a revalorizar aquele espaço rural, à custa, precisamente, da desvalorização crescente do trabalho agrícola.
- 3 É abundante, numa das freguesias que estudei, a circulação de uma produção poética anónima, glosando os trabalhadores rurais que nas empresas colectivas assumem funções dirigentes ou de chefia. Atente-se em algumas quadras que recolhi e das quais omito os nomes dos visados, por razões óbvias: "O senhor.../já substitui o patrão/ com seu ar inteligente/ faz um grande figurão"; E "o senhor.../ que é o fiscal de trabalho/ com as mãos nas algibeiras/ isto é sempre o mesmo 'balho'"; "Está o senhor.../ que esse nunca se afasta/ já pouco vem à aldeia/ porque é ministro com pasta".
- 4 Recorde-se o elevado insucesso escolar na região alentejana, ditado, ao contrário de outras regiões do país onde estreitamente se correlaciona com a mobilização de trabalho infantil, pela ausência de horizontes profissionais que este espaço social proporciona aos seus jovens.
- 5 Atente-se nas palavras de um autarca que me confessou: " a boa situação desta Câmara beneficia de eu funcionar quase como empreiteiro de obras, para não gastar dinheiro (...) é verdade que eu centralizo tudo, mas se assim não fosse metade das coisas não estava feita e eu até acho que era preciso criar neste país uma 'associação de defesa do cidadão comum contra os técnicos' e essa gente toda do Estado (...), com as pessoas também não se pode contar para coisa nenhuma, uns por razões políticas outros porque não são capazes, com fartura o que aí há são mestres de obra feita! Se vier aqui às assembleias municipais e somar as pessoas que cá vêm não arranja 100 pessoas no total de 15 anos!"
- 6 A expressão é retirada de uma comunicação oral de J. País de Brito.

## Referências Bibliográficas

- AMARO, R.R., "Reestruturacões demográficas, económicas e sócio-culturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados", *Análise social*, nº 87-88-89, pp.605-678, 1985.
- AMARO, R.R., «Que espaço português no "espaço europeu sem fronteiras"»? , *Seara Nova*, nº24, 1989.
- AA.VV., Espaço e Industrialização, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº22, 1987.
- BAGNASCO, A., "Il contesto sociale", in Fuà, G. e Zacchia (org.) *Industrializzazioni senza frattura*, Il Molino, Bologna, pp.149-166, 1983.
- BARROS, Afonso de, *Do Latifundismo à Reforma Agrária - O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, CEEA/F.C.G., 1986.
- BARROS, H., «O latifúndio: tentativa de caracterização económica», in Barros, A. (org.) *A agricultura latifundiária da Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/ISC, 1980.
- BOURDIEU, Pierre, *La Distinction*, Paris, Éditions Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre, "L'identité et la représentation - éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº35, pp.63-72., 1980b

- BRADLEY, T. e LOWE, P., "Introduction: Locality, rurality and social theory" in BRADLEY, T. e LOWE, P. (eds.), *Locality and Rurality: Economy and Society in Rural Regions*, Norwich, Geo Books, pp. 1-24, 1984.
- CALDAS, C., *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, CEEA/IGC 1978.
- CUTILEIRO, José, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1977.
- FERRÃO, J., "Indústria e território: breve história de uma união feliz" *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº22, pp.55- 68, 1987.
- FERRÃO, J., *Indústria e Valorização do Capital - uma análise geográfica*, Lisboa, CEG-UL/INIC, 1987.
- FERRÃO, J., "Industrialização em meios rurais: da diversidade de situações à multiplicidade de políticas", Comunicação ao Seminário Internacional Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional - CCRC, 1989.
- FERRÃO, J. e BAPTISTA, A.M., "Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal: problemas e perspectivas", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº7, pp.43-64, 1989.
- FERRÃO, J. e JENSEN-BUTLER, C., "Existem 'regiões periféricas' em Portugal", *Análise Social*, vol.XXIV (100), pp.355-371, 1988.
- FIGUEIREDO, C. et al, "Especialização internacional, regulação económica e regulação social-Portugal 1973-83", *Análise Social*, nº87-88-89, pp.437-471, 1985.
- FORSÉ, Michel, "Observations locales du changement social", *Futuribles*, nº62, pp.44-60, 1983.
- GIDDENS, Anthony, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984.
- GIDDENS, Anthony, *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.
- HABERMAS, J., "A nova opacidade: a crise do Estado-Providência e o esgotamento das energias utópicas", *Comunicação e Linguagens*, nº2, 1985.
- HANSEN, N.M., « Development from Above: The Centre-Down Development Paradigm », in Stohr, W. e Taylor, D.F. (org.) *Development from Above or Below? The dialectics of regional planning in developing countries*, J.Wiley & Sons, Chichester, 1981.
- HENRIQUES, J.M., «Municípios portugueses: a caminho de um "estilo" alternativo de desenvolvimento?» (sem outras referências), 1989
- HENRIQUES, J.M., *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Escher, 1990.
- INGLEHART, R. e MINKENBERG, «Neoconservatism and value change», comunicação apresentada em Meetings of the European Consortium for Political Research, Amesterdão, 1987.
- JOLLIVET, Marcel, "Le développement local, mode ou mouvement social?", *Economie Rurale*, nº166, pp.10-16, 1985.
- LIMA, Aida Valadas, "Agricultura de pluriactividade e integração espacial", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº8, 1990.
- LIPJETZ, A., LEBORGNE, D., «L'après-fordisme et son espace», Paris, CEPREMAP, 42 p.
- MATEUS, A., "1992: a realização do mercado interno e os desafios da construção de um espaço social europeu", *Pensamiento Iberoamericano*, nº15, pp.167-202, 1989.
- MEDEIROS, F., "Um sistema social de espaços múltiplos - a autonomia do local na sociedade portuguesa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº25/26, 1988.
- MINGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico, "A difícil delimitação do 'urbano' e do 'rural': alguns exemplos e implicações teóricas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº22, pp.83-98, 1987.
- MINTZ, Sidney W., "The rural proletariat and the problem of rural proletarian consciousness", *The Journal of Peasant Studies*, vol.1, nº3, pp.291-325, 1974.
- MORMONT, Marc, "Rural nature and urban nature", *Sociologia Ruralis*, vol.XXVII (1), pp.3-20, 1987.
- MOZZICAFREDDO, Juan et al, "Poder Autárquico e Desenvolvimento Local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº25/26, pp.79-114, 1988a.
- MOZZICAFREDDO, Juan et al, "O grau zero do Poder Local", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº4, pp.45-59, 1988b.
- NAVE, J. Gil, "Identidade social e ética do trabalho nos assalariados agrícolas no Alentejo - a empresa colectiva e a comunidade no espaço rural pós-latifundista (um estudo de caso)", (mimeografado), 1990.
- NEWBY, H., "La sociologia rural institucionalizada" in H. Newby e E. Sevilla-Guzman, *Introducción a la Sociologia Rural*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 9-135, 1983.

- NEWBY, H., "Cambio estructural en agricultura y futuro de la sociedad rural", *Agricultura y Sociedad*, nº38-39, pp.171-184, 1986.
- OFFE, C., *Problemas estruturais do Estado capitalista*, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, C., "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics", *Social Research*, vol.52, nº4, pp.817-868, 1985.
- ORTI, Alfonso, "Crisis del modelo neocapitalista y reproducción de proletariado rural. (Represión, resurrección y agonía final de la conciencia jornalera)", in E. Sevilla-Guzmán (org.), *Sobre agricultores e campesinos. Estudios de Sociología Rural en España*, Madrid, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios - Serv. de Public. Agrarias, pp.169-250, 1984.
- PECQUEUR, Bernard e SILVA, Mário Rui, "Industrialization diffuse et developpement", *CIREP*, Cahier nº 27, pp.1-38, 1988.
- PENA PIRES, R., "Semiperiferia versus polarização? Os equívocos do modelo trimodal", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº8., 1990
- PEREIRA, José Pacheco, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem Martins, Public. Europa-América, 1983.
- PINTO, José Madureira, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos - Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Afrontamento, 1985.
- PIRES, A.da Rosa, "Industrialização difusa e "modelos" de desenvolvimento: um estudo no distrito de Aveiro", *Finisterra*, XXI, nº42, pp.239-269, 1986.
- PLATIER, A., "Développement local et localisations: Les promesses de la troisième révolution industrielle", *Économie Rurale*, nº 166, pp. 3-9, 1985.
- PUGLIESE, E., *I Braccianti Agricoli in Italia*, Milano, Franco Angeli Editore, 1984.
- REIS, José, "Os espaços da industrialização - notas sobre a regulação macro-económica e o nível local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº22, pp.13-31., 1987
- REIS, José, "Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº25/26, pp.127-141, 1988.
- REIS, Manuela, "Estruturas simbólico-ideológicas e grupos sociais no espaço rural pós-latifundista - Análise de Entrevistas no Concelho de Vidigueira" (mimeografado), 1989a.
- REIS, Manuela, "Mudança Social e Desenvolvimento no Espaço Rural Pós-Latifundista - Recursos Humanos e Estruturas Sociais no Concelho de Vidigueira (mimeografado), 1989b
- REIS, Manuel. e NAVE, J. Gil, "A Reforma Agrária Portuguesa - Estudos e Opiniões", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº4, pp.107-131, 1988.
- SANTOS, B.S., "Estado e sociedade na semiperiferia europeia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social*, nº87/88/89, 1985.
- SANTOS, B.S., REIS, J. e MARQUES, M., "O Estado e as transformações recentes da relação salarial - a transição para um novo modelo de regulação da economia", in AA.VV. *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP, 1986.
- SANTOS, B.S., "O Estado, a sociedade e as políticas de saúde em Portugal, 1974-1987", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº23, pp.13-74, 1987.
- SANTOS, B.S., "O social e o político na transição pós- moderna", *Comunicação e Linguagens*, nº6/7, pp. 25-48, 1988.
- SCHMITTER, PH.C., "Cinco teses sobre o futuro do Estado-Providência", *Risco*, nº 5, 1987.
- SEVILLA-GUZMAN, Eduardo, "Reflexiones teóricas sobre el concepto sociológico de latifundismo", in A. Barros (org.) *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC, pp.29-46, 1980.
- SILVA, Mário Rui, "Desarrollo y espacios productivos locales: estudio sobre el Valle del Aze (Portugal)", *Estudios Territoriales*, 27, pp.69-85., 1988
- STOHR, W.B., «Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies?», *Estudos de Economia*, vol. IV, nº4, pp.461-484, 1984.
- GREGORY, D. e URRY, J. (eds.), *Social Relations and Spatial Structures*, London, MacMillan, 1987.